

- XXXVI -

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA

Jacqueline de Sousa Batista Figueiredo

UEMG/Brasil¹

jacqueline_figueiredo@yahoo.com.br

Introdução

Este texto apresenta em síntese pesquisa intitulada *A Educação em Tempo Integral no Estado de Minas Gerais: análise da política e seus efeitos*, realizada para defesa de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Campinas. O foco da pesquisa circunscreve-se à Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Educação Integral tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores, como, Cavaliere (2002, 2007, 2009 e 2010), Coelho (2000, 2004, 2005, 2009 e 2014), Machado e Pattaro (2014), Moll (2004 e 2012), Teixeira (1959), Xavier (2004) e outros.

A atuação como analista Educacional na Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas (SRE Poços de Caldas), da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) possibilitou a vivência profissional no contexto da implementação da política educacional de educação integral em escolas estaduais mineiras.

Paralelamente ao acompanhamento das ações da SEE/MG nas escolas, essa política educacional mereceu de nossa parte um olhar mais crítico. Diante de um tema tão abrangente, importante e imprescindível, ainda há muito que se investigar e refletir sobre o assunto. As condições das escolas, dos professores e as tarefas a serem realizadas por eles foram alguns dos fatores que motivaram o desenvolvimento do estudo.

Buscando responder como tem sido implementada a política de Educação Integral, organizamos o estudo de duas propostas de Educação Integral: o Programa Mais Educação do governo federal, e a Educação Integral do governo do Estado de Minas Gerais, sobre a qual lançamos nossa análise.

¹ Doutora pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais e Analista Educacional da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas.

Desenvolvimento

Empregamos o *estudo de caso* por se tratar do estudo de uma determinada política educacional de âmbito estadual, a política de Educação Integral, que foi implementada no Estado de Minas Gerais e nos apoiamos na contribuição de vários autores sobre a metodologia do estudo de caso, dentre os quais destacamos: Goode e Hatt (1975), Lüdke e André (1986), Lincoln (2001), Gil (2002), André (2005) e Yin (2015).

A pesquisa também empregou a *análise documental* como um dos instrumentos de coleta de dados. Nos amparamos em diversos documentos oficiais. Dentre eles, citamos a Constituição Federal de 1988, em especial, os artigos 205, 206 e 227; o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 9089/1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/1996, destacando os artigos 34 e 87; o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, e o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.494/2007.

De acordo com documentos oficiais, a Educação Integral foi implementada com o objetivo da melhoria da qualidade da educação, por meio da ampliação da jornada escolar dos alunos, tendo prioridade os estudantes de vulnerabilidade social, distorção idade/ano, evasão e repetência, de baixo rendimento escolar e pertencentes a famílias amparadas pelo Programa Bolsa Família.

Caracterizamos as escolas e os sujeitos da pesquisa – professores, coordenadores e responsáveis pelos alunos –, totalizando dezesseis entrevistados: quatro coordenadoras, oito professores – 1º ao 5º ano – do Ensino fundamental, sendo sete professoras e um professor, e quatro responsáveis pelos alunos. Os depoentes são membros de comunidades escolares de quatro escolas estaduais da circunscrição da SRE Poços de Caldas, que estão inseridas na Educação Integral.

Caracterizando as escolas e os sujeitos, trouxemos dados coletados nas quatro escolas pesquisadas recorrendo ao apoio teórico de Yin (2015), Chizzotti (2014), Alves Mazzotti e Gewandsznajder (1998), Bogdan e Biklen (1994), Jolivet, Marconi e Lakatos (2005), Elmore (1996), Ludke e André (1986), André (2001), Flick (2004), Groppo e Martins (2009), Triviños (1997) entre outros, para o tratamento desses dados.

Procedemos à análise dos dados, tendo como subsídio as entrevistas, as visitas às escolas e as observações realizadas durante as oficinas pedagógicas. Pesquisamos como se deu a implementação dessa política no Estado de Minas Gerais, como os sujeitos entrevistados apreendem os limites e possibilidades da implementação da política de Educação Integral e trouxemos alguns efeitos produzidos na implementação dessa política educacional no âmbito local. Nos respaldamos teoricamente em autores como Moll (2008, 2009, 2012, 2013), Cavaliere (2002, 2004, 2014), Freire (2002, 2014), Dubet (2008), Brandão (2012), dentre outros.

O roteiro elaborado para as entrevistas da pesquisa visou a coleta de informações pelas quais pudemos apreender as percepções dos entrevistados, por desempenharem papéis importantes no meio escolar.

A entrevista “[...] pode não só suprir carências documentais, quanto comprovar ou pôr em causa dados escritos, pode expressar dados, populações e realidades excluídas das documentações” (GROPPO; MARTINS, 2009, p. 55-56). Durante a entrevista, o expediente de gravação em áudio, ao mesmo tempo, foi empregado e, em seguida, transcrito na íntegra. No entender de Oliveira (2016, p. 87), as entrevistas são gravadas “[...] para se ter com precisão tudo o que foi dito por ocasião da entrevista”.

Por meio da observação direta nas oficinas pedagógicas, também foi possível proceder à coleta de informações, que deram sustentação à verificação e análise de determinados aspectos da realidade do estudo de caso. Yin (2015) acrescenta como fonte de destaque para o estudo de caso, a observação direta dos eventos que estão sendo estudados. “Menos formalmente, as observações diretas podem ser feitas durante seu trabalho de campo, incluindo as ocasiões em que outras evidências, como as das entrevistas, estão sendo coletadas” (p. 118).

Para a apresentação dos efeitos da política de Educação Integral trouxemos, como contribuição para o estudo, a matriz de *Análise Prospectiva* – de cima para baixo (*top down*) - e *Análise Retrospectiva* – de baixo pra cima (*botton up*) de Elmore (1996), desde o elaborador da política – o governo –, até o outro extremo – a instituição escolar –, que implementa a política. Elmore (1996) entende que uma política, na sua implementação, deve levar em consideração o desempenho do nível local.

Conclusões

As duas propostas de educação integral propõem uma gestão compartilhada, redimensionando o campo da educação. Essas propostas buscam o apoio de outros parceiros além da escola, visando a ampliação de conhecimentos e habilidades dos alunos e o enriquecimento de atividades culturais.

O plano de trabalho da Educação Integral em Minas Gerais iniciou sem a ampliação do tempo escolar com o projeto Aluno de Tempo Integral. Posteriormente passou a utilizar a estratégia de ampliação do tempo com a Escola de Tempo Integral, em seguida, com a Educação em Tempo Integral, após, com a Educação Integral e atualmente com a Educação Integral e Integrada. A cada etapa, a educação integral passa a ser elaborada em consonância com os macrocampos e as atividades estabelecidas no Programa Mais Educação do governo federal.

A pesquisa revelou que deve haver, não apenas ampliação dos tempos e espaços, mas também investimento público para a reestruturação dos espaços, para a aquisição de equipamentos, bem como formação contínua dos profissionais.

É indispensável o diálogo constante entre os elaboradores e executores – gestores e professores – para o avanço da educação integral no Brasil.

A investigação também revelou aspectos positivos tais como a utilização do tempo, a construção de experiências significativas, maior interesse dos alunos, orientação do trabalho e melhora da aprendizagem. Entre os aspectos a serem aprimorados, foi verificada a visão de reforço escolar, o entendimento do conceito de contraturno, intencionalidades não compartilhadas, rotatividade de profissionais, recursos materiais e financeiros, condições de trabalho e formação continuada dos profissionais.

Referências

ELMORE, Richard F. Diseño retrospectivo: la investigación de la implementación e las decisiones políticas. In AGUILAR VILLANUEVA L. F. **El estudio de las políticas públicas** - Antologias de política pública Editorial. Porrúa, México, 1996.

GROPPO, Luís Antônio; MARTINS, Marcos Francisco. **Introdução à pesquisa em educação**. 3. ed. São Paulo: Piracicaba, Biscalchin Editor, 2009.

OLVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda., 2015.